

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR ECONOMICO
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit da previdência cresce 60% em nove anos e atinge R\$ 417 bilhões 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma ampla tem alcance pequeno nos municípios 4

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR ECONOMICO
SEGURIDADE SOCIAL

Pix pode vir a ser usado como garantia 5

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente do TCU diz que Previdência é uma bomba que não vai parar de explodir e defende medidas para coibir fraudes 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita vai beneficiar contribuinte 'pontual' 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sistemas serão testados no segundo semestre 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil chega a 200 milhões de pessoas bancarizadas 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que Lula deseja com a reforma ministerial? 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo espera avançar na regulamentação da tributária 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Impactos de intervenções do governo 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

2ª Turma do STF é favorável à inclusão de três tributos na base de cálculo do ISS 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

REIVINDICAÇÃO - APOSENTADOS 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Encaixes da reforma passam pelo Congresso 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Centrão pressiona por reforma mais ampla na Esplanada 22

Segunda-Feira, 24 de Fevereiro de 2025

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Alimentos devem ficar mais baratos 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Lula critica mercado e reafirma 3,8% de alta no PIB 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mercado dá primeiro sinal positivo para oCopom 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Mais estímulo à economia impedirá queda da inflação 30

Déficit da previdência cresce 60% em nove anos e atinge R\$ 417 bilhões

O déficit com o pagamento de aposentadorias e pensões dos trabalhadores da iniciativa privada, **servidores públicos** federais e militares registrou crescimento real de 60% nos últimos nove anos. Em 2024, o governo desembolsou R\$ 416,8 bilhões (3,45% do Produto Interno Bruto, o **PIB**) ante R\$ 260,6 bilhões (2,64% do **PIB**) em 2015. Os dados, corrigidos pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro, fazem parte de levantamento feito pelo Tesouro Nacional a pedido do Valor.

A reforma da previdência, em 2019, trouxe melhoras nos resultados, mas especialistas dizem que novas mudanças são necessárias. O aumento do rombo, afirmam, exige ajustes nas regras de concessão e cálculo das aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e de **servidores públicos** (RPPS) e também no regime de proteção social dos militares.

A maior parte do déficit de 2024 foi apurada pelo **INSS**, que teve resultado negativo de R\$ 304,6 bilhões (2,52% do **PIB**). Em 2015, o rombo era de R\$ 141 bilhões

(1,43%). A conta tem sido influenciada pelo fato de 64% dos benefícios pagos pelo **INSS** corresponderem a um salário mínimo. Em outubro, último dado disponível do Ministério da Previdência, foram emitidos 40 milhões de benefícios.

No caso dos servidores federais e militares, houve ligeira redução no déficit motivada por aumento das receitas com contribuições previdenciárias. Na reforma concluída em 2019, ficou definida a cobrança de alíquotas progressivas de contribuição previdenciária dos **servidores públicos**. Para os militares, uma legislação em separado mudou o plano de carreira e criou uma contribuição para pensionista. Assim, o déficit dos servidores federais saiu de 0,67% do **PIB** em 2015 para 0,50% em 2024. O déficit com pensões e inativos dos militares caiu de 0,54% para 0,43% no período.

Luís Eduardo Afonso, da USP, diz que o déficit per capita na previdência dos **servidores públicos** e militares é "altíssimo". Economistas defendem nova reforma a curto prazo, ajustes na aposentadoria rural e no Microempreendedor Individual (MEI). A nova reforma deveria contemplar também Estados e

municípios. Página A4

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188125?page=2§ion=1>

Reforma ampla tem alcance pequeno nos municípios

Apenas um em cada três municípios com regimes próprios de previdência fez uma ampla reforma de benefícios previdenciários. Ou seja, de um total de 2.108 municípios com regime próprio, apenas 782 ou 37,1% fizeram mudanças. Nas unidades da federação, Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão, Pernambuco e DF optaram por não fazer modificações nos planos de benefícios.

Esses dados constam de estudo "Reforma da Previdência no Serviço Público Civil: Diagnóstico dos Estados e Municípios", elaborado pelo consultor legislativo do Senado Federal, Bernardo Patta Schettini, e pelo especialista em políticas públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rogério Nagamine, que foi publicado em dezembro do ano passado.

Diante desse cenário, a sustentabilidade dos regimes próprios dos Estados e municípios no longo prazo é motivo de preocupação de especialistas e representantes do governo, assim como é o caso da previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, dos **servidores públicos** e dos militares.

Segundo o estudo, a reunificação das regras de aposentadoria é necessária para conter o ritmo de crescimento das despesas com pessoal e evitar a deterioração das

finanças dos governos subnacionais, lembrando que diversos Estados e municípios já enfrentam restrição fiscal. "Os servidores dos entes federativos que não aprovaram reformas ou promoveram reformas brandas, terão acesso a condições de aposentadoria e instituirão pensões mais vantajosas que as oferecidas para os demais servidores e para os trabalhadores do setor privado, filiados ao Regi-

me Geral de Previdência", informa ainda os especialistas.

Até 2019, os Estados e municípios tinham que, obrigatoriamente, atender as mesmas regras estabelecidas para os **servidores públicos** da União. Com a aprovação da reforma da Previdência, para reduzir resistências políticas, os governos estaduais e municipais ficaram de fora.

A coordenadora-geral de Normatização e

Acompanhamento Legal do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da **Previdência Social**, Cláudia Fernanda Iten, explica que a Emenda 103 deu autonomia para os Estados e municípios para fazerem reformas. Porém, por se tratar de medidas impopulares, muitos entes acabam não fazendo as mudanças necessárias para garantir a sustentabilidade de seus regimes previdenciários no longo prazo. "Alguns [governos municipais e estaduais], têm conseguido aprovar um projeto com regras semelhantes à da União, enquanto outros não. Então é mais uma questão política do que necessariamente uma vontade do governador", destacou Cláudia Iten.

Tanto a coordenadora do Ministério da Previdência quanto Schettini e Nagamine defendem que seja mantido na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/23, que prevê parcelamento de dívidas dos municípios com a **Previdência Social**, artigo que estabelecia o prazo de 18 meses para que os municípios adotassem as mesmas regras de concessão de aposentadorias vigentes na União. O artigo caiu na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e o desejo é de que seja reinserido para estimular reformas nos moldes da feita pela União em 2019.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1>

Pix pode vir a ser usado como garantia

O grupo de trabalho para redução do "spread" bancário, anunciado em outubro, vai propor uma série de medidas, como uma metodologia para definir o teto de juro do consignado do **INSS**, punição para quem aluga o CPF para contas "laranja" e até a possibilidade de empresas utilizarem o Pix como garantia em operações de crédito. Neste caso seguiria-se modelo parecido com o que ocorre com os recebíveis de cartão de crédito. Nesta segunda-feira (24), o GT deve se reunir para finalizaras propostas do eixo 5 (custos administrativos, financeiros e tributários) e, em 10 de março, será concluído o eixo 6 (competitividade na indústria financeira). A previsão é que o relatório final seja entregue ao presidente Lula em 24 de março.
Página CI

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1)**

Presidente do TCU diz que Previdência é uma bomba que não vai parar de explodir e defende medidas para coibir fraudes

Por Alexandre Martello, Lais Carregosa, Thiago Resende, g1 e TV Globo - Brasília

Em 2023, o governo estimou que o rombo do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado, deve mais que dobrar até 2060 e quadruplicar até 2100.

Analistas já tinham apontado, no ano passado, que a queda dos nascimentos no país, aliado à política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de conceder reajustes acima da **inflação** ao salário mínimo, pressionará o déficit previdenciário no país nos próximos anos.

Dados do Tesouro Nacional mostram que, somente com o pagamento de benefícios previdenciários a aposentados e pensionistas do **INSS** foram gastos cerca de R\$ 960 bilhões em 2024. Para este ano, a previsão é de que este valor supere a marca inédita de R\$ 1 trilhão. Essa é a maior despesa primária do governo federal.

Para tentar conter o rombo e manter a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro, o presidente do TCU, Vital do Rêgo, defende a adoção de medidas para coibir fraudes nos sistemas previdenciários do país.

No ano passado, o governo levou adiante um pente-fino em benefícios previdenciários temporários, como o auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença). A meta foi revisar 800 mil processos para confirmar se o pagamento era de fato devido.

Em 2019, o governo do presidente Jair Bolsonaro levou adiante uma reforma da Previdência, capitaneada pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes.

O presidente do TCU, Vital do Rêgo defendeu que alguns gastos sejam reclassificados. São eles: o sistema dos militares e, também, a previdência rural. Esses pontos já foram elencados por especialistas como passíveis de ajustes no futuro.

No fim do ano passado, a equipe econômica do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional, após negociação com os militares, um projeto de lei que estabelece uma idade mínima de 55 anos para a aposentadoria dos militares.

A aposentadoria militar acontece quando há a passagem da ativa para a reserva remunerada. Hoje, são necessários 35 anos de serviço às Forças Armadas, mas não há idade mínima.

O texto, que ainda não foi votado, prevê, ainda, outras três mudanças:

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/02/24/presidente-do-tcu-diz-que-previdencia-e-uma-bomba-que-nao-vai-para-de-explodir-e-defende-medidas-para-coibir-fraudes.ghtml>

Receita vai beneficiar contribuinte 'pontual'

A **Receita Federal** institui nesta segunda-feira (24/2) o piloto do programa Receita Sintonia, que visa estimular a conformidade tributária e **aduaneira**, oferecendo benefícios a contribuintes que demonstram maior regularidade no cumprimento de suas obrigações.

Na primeira fase do piloto, segundo texto obtido pelo Valor, estão abrangidas as pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real, presumido ou arbitrado para fins do Imposto de Renda das Pessoas Jurídica (IRPJ), além de entidades sem fins lucrativos imunes ou isentas do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), num conjunto que totaliza 166,6 mil empresas.

Ficam de fora nesta primeira fase as empresas do Simples Nacional, empresas com menos de seis meses de registro no CNPJ, órgãos públicos, organizações internacionais e entidades extraterritoriais.

Aos contribuintes bem classificados, os benefícios que serão oferecidos pela Receita são: prioridade na análise de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso de **tributos** e atendimento prioritário. Além disso, esses contribuintes também contarão com participação exclusiva em eventos e fóruns consultivos.

Uma das principais vantagens oferecidas aos bons contribuintes é, na prática, uma garantia de que não serão autuados de forma automática caso a fiscalização encontre alguma suposta irregularidade.

Às empresas que estão no programa de conformidade, é possível solicitar o Procedimento de Consensualidade Fiscal - Receita de Consenso. Nesse caso, auditores da área de julgamento serão chamados a opinar. Esse procedimento busca incentivo à prevenção e solução de controvérsias tributárias e aduaneiras.

O Sintonia complementa outros dois programas de conformidade oferecidos pela **Receita Federal**: o Confia, destinado a grandes contribuintes, e o Operador Econômico Autorizado (OEA), para empresas que atuam na atividade de comércio exterior. Nos três casos, a Receita dá às empresas um tratamento "vip", pelo bom histórico de relacionamento.

O governo quer ampliar os benefícios de seus programas de conformidade, oferecendo desconto de

até 3% na CSLL dessas empresas. Além disso, será oferecida a oportunidade prévia de autorregularização em 60 dias, vedação do arrolamento de bens e preferência em licitações.

Para isso, porém, depende da aprovação do Projeto de Lei (PL) 15/2024, que se encontra em análise no Congresso Nacional.

A matéria encontra dificuldades na tramitação legislativa porque também permite suspender o funcionamento dos chamados devedores contumazes, além de abrir a possibilidade de eles serem processados na esfera penal. O texto estava em discussão na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara, mas foi retirado de pauta no final do ano passado. Desde então, está parado.

Segundo a instrução normativa que institui o Sintonia, os contribuintes serão classificados com base no grau de conformidade tributária, divididos em quatro domínios: Cadastro - Regularidade no CNPJ; declarações e escriturações, quando será considerada a assiduidade na entrega das obrigações.

Além disso, o Fisco também levará em consideração a consistência das informações prestadas, com o conferimento da compatibilidade entre informações declaradas e apuradas.

Por último, será considerado o pagamento, com a regularidade e tempestividade na quitação dos **tributos** e parcelamentos devidos, além da solvência do contribuinte.

O piloto começa em fevereiro para as pessoas jurídicas classificadas como A+. Em junho, o programa será estendido para os classificados com nota A. Em agosto, para os classificados com nota B. Em outubro, entrarão os contribuintes que tiveram nota C e, em dezembro, os que receberam nota D.

As notas serão calculadas com base em média ponderada mensal ao longo de três anos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1>

Sistemas serão testados no segundo semestre

O governo espera iniciar no segundo semestre deste ano os testes dos sistemas que permitirão o cálculo e a cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criados na **reforma tributária**. O Valor apurou que os trabalhos ocorrem em ritmo intenso, pois a fase de testes do novo sistema começa no dia 1-de-janeiro de 2026.

Um entendimento entre a cúpula da **Receita Federal** e os auditores "blindou" os trabalhos de desenvolvimento desses sistemas da greve da categoria iniciada em novembro passado.

Além disso, ficou acordado com Estados e municípios que eventuais pontos de divergência serão discutidos em paralelo ao desenvolvimento, para não haver atrasos.

Governos estaduais e prefeituras compartilharão as receitas do IBS, que é a fusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com o Imposto sobre Bens e Serviços (ISS).

Segundo fontes, o maior desafio de articulação está na criação do "split payment". É o sistema que arrecadará o IBS, abaterá os créditos tributários devidos à empresa contribuinte e dividirá a receita a quem de direito - uma parte para Estados e outra para municípios-tudo de forma automática.

O desenvolvimento do "split payment" envolve também entendimentos com o Banco Central (BC), pois o recolhimento tributário estará atrelado ao uso de meios de pagamento.

O Valor mostrou, na semana passada, que a adaptação tecnológica é hoje o ponto que mais preocupa as empresas em relação ao novo sistema tributário. A cobrança do IBS e da CBS começará em 2026, numa fase de testes. Segundo especialistas, há pouco tempo para preparar empresas e governos e o prazo pode ser inviável.

O governo trabalha para ter tudo pronto até o início do próximo ano. Mas, havendo atrasos, a fase de testes poderá ser "fatiada" ao longo do próximo ano.

"Com certeza haverá bom senso, acho que isso é importante entenderem. Ninguém vai chegar e falar que tem um mês para ajustar os sistemas de todo o setor privado para poder se adequar ao novo modelo. Obviamente, não vai acontecer isso", assegurou o

secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, em seminário organizado pelo site Migalhas.

Ele acrescentou que em breve serão repassadas ao setor privado informações mais detalhadas sobre a estruturação dos sistemas e das interfaces de programação de aplicações (APIs, na sigla em inglês).

Ao Valor, a Receita informou que está concluindo um crono-grama para o repasse de informações ao setor privado. Além disso, já foram divulgadas notas técnicas sobre adaptações necessárias nos documentos fiscais eletrônicos. Por fim, informou que está testando o Portal da **Reforma Tributária** com contadores indicados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Além do desenvolvimento de sistemas, empresas estão preocupadas com a edição das normas infralegais que regularão os novos **tributos**. As normas do IBS serão emitidas pelo Comitê Gestor do IBS, que só deverá ser formalmente instalado em maio.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1>

Brasil chega a 200 milhões de pessoas bancarizadas

Gabriel Shinohara De Brasília

A quantidade de pessoas com algum tipo de relacionamento com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) superou o patamar de 200 milhões pela primeira vez em janeiro. Apesar disso, o trabalho de inclusão bancária no Brasil está longe de acabar. Especialistas e representantes de bancos e fintechs celebram as conquistas dos últimos anos, mas destacam os próximos passos: expandir a educação financeira e a oferta de produtos cada vez mais personalizados.

A estatística dos 200.160.523 CPFs, segundo dados do Banco Central (BC), considera pessoas com contas corrente, salário, pagamento pré-paga, poupança, investimentos ou ativos em instituições autorizadas a funcionar pela autoridade monetária. A métrica engloba menores de idade e pessoas moitas que ainda não tiveram seu processo de inventário concluído. Por isso, é um dado abrangente, que ultrapassa os que efetivamente usam o sistema.

Porém, o crescimento da chamada "bancarização" também é visto em outras estatísticas. Em 2022, último número disponibilizado pelo BC, a quantidade de adultos com relacionamento bancário era de 168 milhões. Em 2012, esse número era de 119 milhões. A métrica considera pessoas com CPFs regulares na **Receita Federal** que tenham entre 15 e cem anos.

Sérgio Biagini, sócio-líder para a indústria de serviços financeiros da Deloitte, aponta dois fatores que contribuíram para o aumento da bancarização, ambos surgidos em 2020: a abertura de contas pela Caixa para o recebimento do Auxílio Emergencial, no início da pandemia, e a criação do Pix.

Na apresentação de resultados do quarto trimestre de 2020, a Caixa informou que mais de 107 milhões de contas poupança foram abertas pelo aplicativo Caixa Tem. Segundo os dados do BC, o primeiro ano da pandemia foi o que teve o maior crescimento anual no número de relacionamentos com o SFN na série histórica iniciada em 2005. O número passou de 164,7 milhões no fim de 2019 para 178,8 milhões em 2020, um crescimento de 8,7%.

Biagini, da Deloitte, diz que o Auxílio Emergencial foi uma resposta ao problema causado pela pandemia, enquanto o Pix foi uma estratégia de produto, e os

dois acabaram se completando. "[O Pix] é fácil de usar, ele é gratuito e é instantâneo. Além de você bancarizar, através do instrumento do Pix você conseguiu reter essa base", afirma.

O Pix teve uma adesão rápida pela população desde o lançamento, em novembro de 2020. Um ano mais tarde, já contava com 107,5 milhões de pessoas físicas cadastradas e, em janeiro deste ano, o número chegava a 157,1 milhões.

Outro fator, não menos importante, é que a chegada das fintechs desafiou os bancos tradicionais a atender um público mais amplo, entrando em riscos que antes preferiam não correr - até porque tinham uma estrutura de custos que não permitia trabalhar com esses clientes de forma rentável. A digitalização barateou muito a bancarização. A expansão dos bancos digitais foi propiciada pela lei das instituições de pagamento, em 2013.

A popularização do comércio eletrônico no país também é apontada pelo BC como um vetor de inclusão financeira.

Com uma base já grande de brasileiros com pelo menos uma conta, a questão agora é como promover o uso adequado dos produtos e serviços financeiros por pessoas que por muitos anos não tiveram acesso ao sistema.

Myrian Lund, professora de MBAs da FGV e especialista em finanças pessoais, afirma que um mundo de possibilidades se abriu para quem se bancarizou e que a educação financeira deve vir junto. "A gente deu o primeiro passo, que é a inclusão financeira. Agora falta o segundo passo, que é a conscientização dessas pessoas dos direitos que elas passam a ter, mas também o que podem fazer para realizar seus objetivos."

O diretor-executivo de cidadania financeira e relações com o consumidor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Amaury Oliva, diz que, com a bancarização, as análises de risco ficaram mais complexas. "Há algumas décadas, você tinha poucos perfis de clientes. Hoje ampliou bastante e, entre as nossas atribuições como bancos, está oferecer um produto ou serviço a adequado a cada perfil, a cada necessidade do cliente", diz.

Diego Perez, presidente da Associação Brasileira de Fintechs (AB-Fintechs), afirma que o mercado precisa trabalhar no uso qualitativo dos serviços e produtos ofertados. "O desafio é ter uma cadeia de distribuição dos produtos financeiros de acordo com as necessidades de cada camada, de cada grupo, e tentar alcançar aquela hiper-personalização", diz, destacando o papel do open finance (sistema financeiro aberto) nessa evolução.

Lançado em 2021, o open finance vem se expandindo gradualmente. O número de consentimentos ativos para transmissão de dados passou de 43,1 milhões no fim de janeiro de 2024 para 62,2 milhões em 17 de janeiro deste ano, segundo dados do open finance Brasil.

Eduardo Lopes, presidente da Zetta, associação que tem entre seus membros o Nubank e o Pic-Pay, destaca que a educação financeira é importante e aparece não apenas na informação prestada ao cliente, mas também em como os produtos podem estimular comportamentos mais responsáveis. "O open finance é uma agenda muito promissora para levar essa inclusão para um outro patamar, uma inclusão em sentido bem amplo, não só o acesso, mas um uso adequado e uma resiliência financeira das pessoas", afirma.

O tema de inclusão e educação é parte da agenda do BC para o sistema financeiro há alguns anos e essas são duas das dimensões da Agenda BC#, de democratização financeira. Como parte dessa iniciativa, o BC e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram em 2023 resolução que determina que as instituições reguladas deveriam manter uma política de educação financeira e adotar medidas nesse sentido.

Além disso, o BC participa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) e tem feito um esforço de comunicação nas redes sociais, com uma linguagem mais informal, para explicar o funcionamento do sistema financeiro e dos produtos. Em vídeos publicados nas redes sociais, o BC trata de temas como golpes e fraudes e explica o funcionamento de ferramentas como o próprio Pix e o Drex, a moeda digital brasileira.

O trabalho é contínuo e há uma novidade prevista para esta semana: o lançamento, na sexta-feira, do Pix por aproximação, que facilitará os pagamentos no comércio.

De acordo com o BC, as ações conduzidas pela autoridade monetária "têm o potencial de fomentar a continuidade do crescimento da inclusão financeira".

Site:

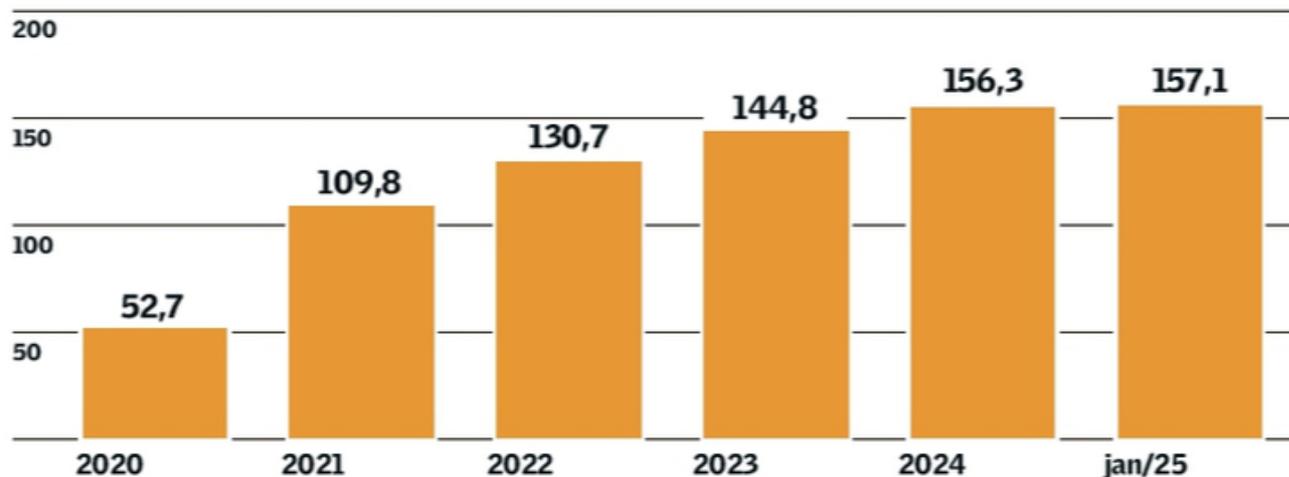
**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=8
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=8§ion=4)**

SFN tem mais de 200 milhões de pessoas

Pix é um dos fatores para o aumento da bancarização



Pessoas físicas cadastradas no Pix - em milhões



Fonte: Banco Central do Brasil

O que Lula deseja com a reforma ministerial?

A novela se arrasta por meses e muita tinta e saliva já foram gastas para analisar as possíveis trocas que Lula pretende fazer na Esplanada dos Ministérios. Com mais da metade do seu terceiro mandato transcorrida, popularidade em queda e diante de uma mudança nos postos de liderança da Câmara e do Senado, o presidente tenta montar um quebra-cabeça que prepare seu governo para uma disputa eleitoral cada vez mais próxima.

São três os principais motivos pelos quais os presidentes da República realizam amplas reformas nos seus ministérios.

Há as trocas previsíveis, que ocorrem a cada dois anos, pois a legislação exige que os políticos se desencompartilhem seus cargos no Executivo no início das campanhas eleitorais. Geralmente envolvem a substituição dos titulares das pastas que querem se candidatar por integrantes do segundo escalão, sem grandes mexidas no balanço de poder. Não é o caso atual.

Existem ainda as reformas desesperadas, realizadas em meio a crises que ameaçam a sobrevivência do governo. No seu primeiro mandato, a popularidade de Lula foi seriamente abalada pelo escândalo do mensalão, que por muito pouco não levou à abertura de um processo de impeachment contra o petista. Na época, Lula entregou nacos ainda maiores de poderão PMDB, nomeando Saraiva Felipe para o Ministério da Saúde e Silas Rondeau para o comando da pasta das Minas e Energia. Lula ainda contemplou na reforma o PPdo então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, indicando Márcio Fortes para o Ministério das Cidades. Todas essas pastas eram controladas pelo PT à época.

Sem nenhum grande escândalo que venha a colocar em risco a continuidade de seu governo, a atual **reforma ministerial** de Lula se classificaria no terceiro grupo, aquele das mudanças visando melhores resultados na gestão e a ampliação dos apoios partidários no Congresso.

Na sua primeira passagem pelo Palácio do Planalto, Lula realizou uma ampla mudança ministerial com pouco mais de doze meses de mandato. Naquela ocasião, mexeu em peças do próprio PT em duas áreas estratégicas da gestão (com Patrus Ananias no lugar de José Graziano no programa de combate à fome e Tarso Genro substituindo Cristovam Buarque na Educação) e ainda abriu espaço para a entrada do

PMDB na sua base de governo, entregando ao partido dois ministérios - Comunicações, com o deputado Eunício Oliveira, e Previdência, para o senador Amir Lando.

Caminhando para a reta final do terceiro mandato, Lula tem interesse em aprimorar a governabilidade, melhorar a avaliação da sua administração e construir uma coligação forte para 2026. Esses objetivos, contudo, são de difícil alcance simplesmente com a redistribuição de pastas entre partidos e a troca de titulares.

Embora tenha sido vitorioso na aprovação da **reforma tributária** do consumo e de boa parte da agenda econômica do ministro Fernando Hadclad, o desempenho legislativo do governo Lula apresenta sinais preocupantes. Tome-se por exemplo a apreciação das medidas provisórias, instrumento "imperial" colocado à disposição dos presidentes para legislar sem aprovação prévia dos parlamentares. Das 106 MPs editadas desde 01/01/2023 com tramitação encerrada (existem outras 25 pendentes), Lula só conseguiu converter 21 em lei - uma taxa de sucesso de 19,8%, a menor desde 2001. O atraso na aprovação do orçamento de 2025 é outra evidência das limitações da base de apoio do governo no Congresso.

Mas é de se perguntar de que valeria uma reforma para azeitar a articulação com o Congresso se, analisando a agenda prioritária do governo encaminhada aos novos presidentes da Câmara e do Senado no início do ano legislativo, vê-se pouca ambição para além da reforma da tributação da renda, com a isenção de quem ganha até R\$ 5 mil mensais e o aumento da cobrança de imposto sobre os mais ricos.

Lula também almeja, com a reforma, reforçar os laços com partidos do Centrão para construir uma boa coligação majoritária em 2026. No entanto, com os deputados e senadores tendo a liberdade de transferir milhões de reais em emendas parlamentares para seus redutos eleitorais sem a ingerência do Poder Executivo e os bilhões em recursos do fundo eleitoral colocados à disposição dos dirigentes partidários para gastar na campanha, é muito pouco provável que a redistribuição de ministérios seja decisiva para o jogo eleitoral do ano que vem.

Por fim, Lula também pretende mudar o comando de seus principais ministérios para ampliar a "colheita" de resultados das políticas públicas e programas sociais

de sua gestão à medida em que se aproxima a eleição presidencial. Nesse caso, mostra-se um movimento bastante arriscado trazer para dentro do Palácio do Planalto uma figura como Gleisi Hoffmann, que tem sido uma das vozes mais críticas das medidas adotadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Hadclacl, na condução da economia do país.

Vê-se, portanto, que embora os objetivos de Lula com a **reforma ministerial** sejam claros, os resultados podem ser inócuos ou até contraproducentes.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1)**

Governo espera avançar na regulamentação da tributária

Líder do governo no Congresso Nacional, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) afirmou ao Valor que espera concluir a aprovação do segundo texto de regulamentação da **reforma tributária** do consumo no primeiro semestre.

O projeto de lei complementar (PLP) 108/2024, que regulamenta o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), está no topo da pauta prioritária da equipe econômica que tramita no Senado. Aprovado pela Câmara dos Deputados no fim de outubro, só chegou ao Senado em meados de novembro, quando a Casa estava debruçada sobre outras matérias mais urgentes. Agora, aguarda-se um despacho do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), para que seja formalmente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo Randolfe, a expectativa é que isso ocorra após o Carnaval.

Já está definido, contudo, que o relator do texto será o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM). O anúncio foi feito na semana passada, quando foi confirmada a eleição do senador Otto Alencar (PSD-BA) para a presidência da CCJ. O senador Ornar Aziz (PSD-AM) era outro cotado para a missão.

Braga relatou a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** e o principal projeto de regulamentação do novo sistema, o PLP 68/2024, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro. Sua familiaridade com o assunto foi citada por Otto Alencar para explicar sua escolha.

Feito o despacho à CCJ, o projeto será formalmente distribuído para o relator. Braga só se manifestará após apresentar um plano de trabalho detalhado para todo o colegiado.

O PLP 108/2024 regulamenta o Comitê Gestor do IBS, a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e prevê novas regras para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) e para o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Para o diretor do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), Carlos Alberto Pinto Neto, as discussões que envolvem o PLP são complexas e podem se estender para além do prazo de aprovação esperado pelo governo.

O poder atribuído ao comitê e a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos são alguns dos principais pontos que ele destaca como passíveis de debate. O diretor do IBPT prevê, por exemplo, disputas entre Estados, municípios e contribuintes na tributação de mercadorias. Como definido pela **reforma tributária**, o imposto agora vai ser recolhido no destino da mercadoria, e não mais onde ela foi adquirida.

"Como vão equalizar isso para que Estados não percam receita?", pontuou. "[Nesta etapa da regulamentação da tributária,] você mexe nos interesses políticos dos entes federados."

Segundo Carlos Alberto Pinto Neto, outro aspecto que deve gerar discussão é o fato de o Comitê Gestor ter a prerrogativa de definir alíquotas do IBS e, conseqüentemente, poder modificá-las com base nesse PLP. "Como o comitê vai mudar as alíquotas sem o aval do Congresso?", questionou.

Além da complexidade da matéria, outro desafio do governo para cumprir o prazo estabelecido como referência será melhorar o ambiente político. Sob reserva, senadores alertam que os projetos prioritários do governo terão dificuldades de tramitar até uma solução para o impasse da execução das emendas parlamentares ao Orçamento.

Os parlamentares esperam uma solução para a questão até a quinta-feira (27), quando Alcolumbre e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Re-publicanos-PB), terão uma reunião com o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar do tema. Também devem participar representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR). A audiência será realizada para acompanhar as medidas de controle e transparência determinadas por ele e pelo plenário da Corte desde 2022.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1>

Impactos de intervenções do governo

Intervenções governamentais no mercado de alimentos podem ter impactos variados, conforme avalia o professor do Insper. "Medidas como a redução de tarifas de importação podem aumentar a oferta interna e ajudar a conter os preços. No entanto, é importante que essas ações sejam cuidadosamente planejadas para evitar distorções no mercado, garantir a sustentabilidade dos produtores locais e assegurar que os benefícios sejam repassados aos consumidores finais", diz Nogami.

De acordo com o economista, intervenções como controle de preços, subsídios ou estoques reguladores podem, no curto prazo, gerar um alívio temporário nos preços de alimentos básicos. No entanto, tais medidas podem desincentivar a produção e reduzir a oferta futura, agravando o problema no médio prazo.

"Se o governo, por exemplo, fixa um teto para o preço do arroz ou da carne, os produtores podem reduzir a produção, pois o retorno financeiro pode não compensar os custos." Produtores A médio prazo, com a redução da margem de lucro, produtores podem migrar para culturas mais rentáveis ou diminuir investimentos em tecnologia e produtividade. "Isso pode reduzir a oferta de alimentos no futuro, gerando novas pressões inflacionárias", alerta o professor.

"Além disso, políticas de subsídios podem criar distorções no consumo, beneficiando artificialmente alguns setores em detrimento de outros. Se o governo subsidiar o trigo, produtores podem substituir o plantio de milho e soja pelo trigo, levando a encarecimento desses outros produtos", afirma.

Nogami avalia, ainda, que uma interferência contínua pode gerar ineficiências no mercado, pois produtores passam a depender do governo, em vez de responder a sinais de mercado. "Além disso, a manutenção de subsídios ou estoques reguladores representa um alto custo fiscal, que pode resultar em aumento de **impostos** ou cortes em outras áreas essenciais. Países que subsidiaram excessivamente setores agrícolas enfrentaram deficits fiscais, **inflação** reprimida e dificuldades para reverter as medidas no futuro", acrescenta

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/24/all.pdf>

2ª Turma do STF é favorável à inclusão de três tributos na base de cálculo do ISS

Luiza Calegari De São Paulo

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, por unanimidade, um recurso que questionava a inclusão de três **tributos** na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS): o próprio ISS, o PIS e a Cofins. Trata-se de uma das discussões derivadas da chamada "tese do século", com resultado desfavorável para o contribuinte.

No processo, uma incorporado-ra questionava o artigo 14 da Lei nº 13.701/03, do município de São Paulo. De acordo com o dispositivo, a base de cálculo do ISS "é o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta a ele correspondente" (ARE 1522508).

O problema, segundo o contribuinte, é que essa definição afronta o que dispõe a Lei Complementar nº 116, de 2003, conhecida como Lei do ISS, que fixa que "a base de cálculo do imposto é o preço do serviço", sem fazer ressalvas ou equiparações.

O advogado Daniel Ávila Vieira, sócio do Locatelli Advogados, defendeu o contribuinte no caso. Ele afirma que a inclusão dos **impostos** na base de cálculo do ISS ofende o artigo 146, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal. O dispositivo determina que a "definição de **tributos** e de suas espécies" só pode ser feita por meio de lei complementar.

Vieira aponta também que a inclusão dos **tributos** federais na base de cálculo do imposto municipal afronta o que o Supremo decidiu na chamada "tese do século" (RE 574706), que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

No julgamento, o relator do processo, ministro Gilmar Mendes, lembrou que o tema já foi tratado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 190, julgada no ano de 2016. Naquele caso, foi declarada a inconstitucionalidade de lei municipal que exclua valores da base de cálculo do ISS fora das hipóteses previstas em lei complementar. O precedente foi posteriormente reafirmado na ADPF 189, em 2020.

Gilmar Mendes apontou ainda que o Supremo não pode analisar se o dispositivo da lei municipal fere a lei complementar nacional a respeito da exclusão de valores da base de cálculo do ISS, em respeito à

Súmula nº 280, que impede análise, por meio de recurso extraordinário, de desrespeito a direito local.

Segundo Daniel Ávila, o colegiado perdeu a oportunidade de corrigir uma distorção na base de cálculo do ISS. "Considerar o ISS, o PIS e a Cofins na base de cálculo do tributo que deve incidir sobre o preço do serviço é fazer uso das palavras para alargar a base arrecadatória. Isso não conversa com a base econômica real, que deveria ser o ponto de partida do cálculo dos **tributos**."

Para o advogado, a **legislação tributária** precisa ser modernizada, "e os tribunais deveriam funcionar como indutores deste processo em seu papel de corrigir distorções".

Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados, aponta que a 1ª Turma do STF já tinha precedente desfavorável ao contribuinte. Em abril de 2024, o colegiado negou um recurso semelhante por unanimidade, ressaltando o entendimento da ADPF 189 que dizia que "a lei complementar, quando o quis, fez expressa exclusão de valores da base de cálculo do ISS" (ARE 1469426). A 2ª Turma também já havia negado a exclusão do PIS e da Cofins do cálculo do ISS, com base no julgamento da ADPF 190 (ARE 1494685).

Segundo ela, os precedentes mostram que o STF tem sido "extremamente resistente" a aplicar a "tese do século" em outros julgamentos. "Inclusive, alguns dos acórdãos mantidos pelo STF mencionam expressamente que a aplicação dessa espécie de entendimento ao ISS implicaria tributar a receita líquida de **tributos** em caso onde a legislação menciona que a base de cálculo é o preço do serviço, sem autorizar a dedução dos **tributos** federais da base de cálculo do imposto municipal", afirma.

Fabrizio Parzanese dos Reis, sócio da área tributária do Velloza Advogados, complementa que a decisão não enfrentou individualmente o tema do ISS na própria base, que teria fundamento legal e constitucional distinto da questão do PIS e da Cofins.

Segundo ele, as leis de vários municípios, incluindo de São Paulo, preveem que o próprio imposto deve ser considerado em sua base de cálculo. No entanto, a lei complementar que instituiu o ISS, a LC nº 116, não

trouxe essa previsão.

"Ora, se o entendimento fumado pelo STF [nas ADPFs 189 e 190] foi no sentido de que os municípios não podem excluir componentes da base de cálculo do ISS sem previsão em lei complementar, a mesma lógica deveria ser aplicada quando se trata da adição de um componente à base de cálculo não autorizada em lei complementar", diz Reis.

Segundo o tributarista, caberá ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) enfrentar essa questão, quando for provocado, já que se trata do julgamento de uma lei complementar. "A nosso ver, essa questão não se confunde com a dedução de **impostos** federais da base cálculo do ISS e, portanto, não se encerra com o entendimento adotado nas ADPFs 189 e 190", defende.

Ele aponta, ainda, que a tendência da jurisprudência nas instâncias inferiores já favorecia o Fisco. Mas que o julgamento pelo Supremo trouxe à tona a necessidade de ajuste na forma de cálculo do ISS. "Isso poderia trazer uma diminuição no aumento de preços de serviços na economia nacional, que hoje é sistemático e disseminado", defende.

Em nota ao Valor, o município de São Paulo afirmou que a inclusão do PIS e da Cofins na base do ISS está em conformidade com a legislação vigente e precedentes do Supremo. "O entendimento da PGM está alinhado ao que já foi consolidado pela jurisprudência do STF, especialmente na ADPF 190, que reafirmou a competência exclusiva da lei complementar nacional para definir a base de cálculo do ISS", diz o município.

Para além desse debate na 2ª Turma, o Supremo está analisando os mesmos **tributos**, mas na situação inversa, em um julgamento com repercussão geral. No Tema 118, o contribuinte pede a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins (RE 592616). O impacto deste julgamento foi estimado pela União em R\$ 35 bilhões, mas não há data para ele ser retomado.

De acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), há hoje 72 discussões derivadas da "tese do século" no STF, as chamadas "teses filhotes". Nos julgamentos já realizados, o placar vem sendo favorável à União, mas há esperanças, segundo os tributaristas, de que o pêndulo se movimente a favor do contribuinte em outros casos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=8§ion=4>

REIVINDICAÇÃO - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

A reivindicação dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), é necessária e não pode nem deve ser colocada à margem, sem uma solução que corrija a maldade acontecida há 34 (trinta e quatro) anos, quando no governo Fernando Collor de Mello, se processou a desvinculação do reajuste dos proventos das aposentadorias e pensões que estavam atreladas ao mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo. Desde então, aposentados e pensionistas sofrem as consequências nefastas na redução de proventos, com milhões de segurados aflitos, desconfortáveis e sem condições de manter uma qualidade de vida saudável, pois o benefício que recebiam na ordem de 6 (seis) salários mínimos foi reduzindo drasticamente para o correspondente a um salário mínimo.

APELO

O procedimento adotado contra aposentados e pensionistas é uma punição indevida que merece, urgentemente, de suspensão. Eis o motivo para apelar aos deputados federais que aprovem o Projeto de Lei nº4434/2008 e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promova a sua homologação, corrigindo-se um malfeito já reconhecido no Senado Federal e na Comissão da **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados, repetimos: com aprovação, por unanimidade, dos senadores e membros da comissão. Isto acontecendo, repara-se e se reconhece um erro praticado e que vem prejudicando de modo impróprio milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros que contribuíram financeiramente para, ao saírem do mercado de trabalho, serem contemplados com uma aposentadoria digna.

JUSTIÇA

É preciso repetir e repetir, quantas vezes for necessário, para dizer que aposentados e pensionistas não estão reivindicando favor e sim um direito fundamentado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assegurando reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real. É, também, uma reivindicação de justiça social, corrigindo-se um procedimento inadequado, visto que o volume de recursos financeiros arrecadados na conta **Seguridade Social** permite cobertura suficiente no atendimento das despesas nas áreas de saúde,

assistência social e **previdência social**, desde que esses recursos financeiros não sejam transferidos para socorrer outros programas

governamentais.

ENTENDIMENTO

Na opinião dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas e, por que não dizer de toda a sociedade, o entendimento, a união entre os 3 (três) Poderes, deveria ser prioridade. Defendem o que consagra a Constituição da República Federativa do Brasil: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". As divergências que acontecem naturalmente poderiam ser sanadas pelo diálogo constante, sério e de bons e elevados propósitos, em prol do bom senso e do bem-estar da sociedade, promovendo-se ações de interesse para o pleno desenvolvimento do País, garantindo-se emprego, economia firme e próspera, educação de qualidade e saúde em nível prioritário.

ENSINO

O ensino sobre o envelhecer tem a sua inserção prevista na Lei de Política Nacional da Pessoa Idosa, nº8.842, de 04 de janeiro de 1994 e Estatuto da Pessoa Idosa, nº10.741, de 1º de outubro de 2003. Este ensino, como estabelecido, será inserido nos currículos dos diversos níveis do ensino formal, fundamental e médio e nas Universidades como disciplinas obrigatórias de Gerontologia Social e Geriatria. É premente que esta inserção aconteça. O Brasil não é mais um país de jovens. É sim, uma população que envelhece com celeridade e o envelhecimento precisa ser ensinado em todos os níveis educacionais. Basta cumprir o estabelecido na legislação vigente. Agradecemos.

EDUCAÇÃO

A propósito, destacamos os artigos 205 e 206 da CRFB-1988: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

1 - igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender,

ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VI - garantia de padrão de qualidade".

LIVROS

"Os livros são o alimento da juventude" (Cícero).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-136993-4717f71e1f33ab55ae13e6202e785857.pdf

Encaixes da reforma passam pelo Congresso

DENISE ROTHENBURG

Praticamente resolvida a troca de Nísia Trindade por Alexandre Padilha no Ministério da Saúde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cuida, agora, da coordenação política de seu governo, em meio a uma queda de braço entre o PT e os partidos aliados pelo cargo de ministro da Secretaria de Relações Institucionais. Escaldado desde o governo de Dilma Rousseff, os petistas resistem a abrir o espaço do Palácio do Planalto a outras legendas - e foi esse o sentimento captado na festa de 45 anos do PT, sábado, no Rio de Janeiro.

Porém, há uma avaliação interna no governo de que Lula precisa ter, no Planalto, alguém que tenha mais liberdade com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Em tese, isso permitiria ao presidente recolocar seu relacionamento com os comandantes das duas Casas no mesmo nível de seus mandatos anteriores.

O PT tem dúvidas sobre isso. O partido não se esquece de que, em abril de 2015, entregou a coordenação política do governo Dilma ao então vice-presidente Michel **Temer**. Há dentro do partido quem diga, reservadamente, que ali - e sob os cuidados do então ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha - surgiu o mapa político de aliados então insatisfeitos com o governo que serviu para desencadear o processo de impeachment. Ainda que **Temer** tenha dito que não participou de articulação alguma, muita gente no PT não acredita nele. Por isso é que, na atual gestão de Lula, a legenda exigiu que seus integrantes ocupassem os postos no coração do governo.

Solução caseira A preferência de integrantes do PT é de que Lula nomeie para o lugar de Padilha na Secretaria de Relações Institucionais alguém do partido, como o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE). Porém, não resolveria o problema de proximidade com os presidentes das casas legislativas. O nome do senador Jaques Wagner (PT-BA) também foi lembrado, mas, nesse caso, não facilitaria a convivência com a Câmara dos Deputados.

Diante da necessidade de abrir um lugar no Planalto para aliados, Lula passou a listar o que um novo ministro teria de resolver. O primeiro ponto é azeitar a relação com o Centrão e, aí, entra a aproximação com Motta e Alcolumbre. Identificado o objetivo, é ver quem

tem perfil para assumir a tarefa.

Foi assim que se chegou ao nome do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, do mesmo partido que o presidente da Câmara e com o qual tem relação de proximidade. Outro que entrou no rol de "resolvedor" é o líder do MDB, deputado Isnaldo Bulhões (AL).

Isnaldo esteve, inclusive, cotado para ser candidato ao comando da Câmara. Quando soube que o candidato seria Motta, disse que não iria concorrer contra "um irmão". É um dos mais próximos do presidente da Câmara.

E há, no MDB, uma insatisfação pela falta de um representante da bancada de deputados no primeiro escalão do governo. Hoje, os ministros do MDB são Jader Filho (Cidades) e Renan Filho (Transportes) - numa negociação com os senadores do partido -, além de Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), que concorreu ao Palácio do Planalto em 2022 e apoiou Lula no segundo turno. Ela é vista entre emedebistas como uma escolha pessoal de Lula.

Ação em sequência Nos últimos dias, houve muita gente citando, nos bastidores, o nome do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, do PSD de Minas Gerais, as Relações Institucionais. Seria a forma de Lula liberar a pasta de Silveira para uma indicação de Alcolumbre e, como ato contínuo, atrelar um pouco mais o PSD de Gilberto Kassab ao governo. Essa manobra também é vista como um fator de ajuste na relação com a Câmara.

Lula passa esses dias conversando com alguns aliados sobre esse assunto. Muitos consideram que o PT tem espaço demais no governo e que terá que ceder aos aliados. Porém, a avaliação é a de que não dá para abrir outros espaços, sob pena de abrir demais a guarda para 2026. Afinal, o partido, conforme foi dito na festa do 45º, no sábado, passou por muitos problemas e sobreviveu.

Reforma ministerial ajuda na governabilidade e na melhoria dos índices de popularidade, mas o remédio mais eficaz é a população perceber que o governo entrega o que prometeu e que age para não aumentar a carga de sacrifícios imposta ao cidadão contribuinte-eleitor.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense>

se/2025/02/24/all.pdf

Centrão pressiona por reforma mais ampla na Esplanada

Interessados em ampliar sua influência no primeiro escalão do governo Lula, integrantes do Centrão cobram nos bastidores que a migração de Alexandre Padilha para o Ministério da Saúde desencadeie uma **reforma ministerial** mais ampla. Eles planejam ocupar a estratégica Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - posto atual de Padilha - e assumir o comando de pastas robustas e capazes de promover entregas nos Estados.

A saída de Nísia Trindade do Ministério da Saúde é dada como certa no Palácio do Planalto desde a semana passada. No sábado, dia da festa de 45 anos do PT, no Rio de Janeiro, Lula bateu o martelo e confirmou a aliados que o substituto de Nísia será Padilha, segundo noticiou Vera Magalhães, colunista de "O Globo". A troca deve ocorrer nesta semana.

Não está definido ainda, no entanto, quem será nomeado para o lugar de Padilha na Secretaria de Relações Institucionais, nem se o cargo permanecerá com o PT ou se será entregue ao Centrão. O líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bullhões (AL), é o favorito do grupo para assumir a pasta. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), também é citado.

Conhecida por sua sigla, a SRI é a responsável pela articulação política do governo com o Congresso e demais entes da federação. Mas também exerce papel central no processo de liberação de emendas parlamentares ao Orçamento e tem mapeado o organograma completo da máquina federal.

Na visão de interlocutores do Centrão, a substituição de Padilha por alguém do grupo poderia dar acesso ao gabinete presidencial, em um momento em que aliados reclamam do isolamento de Lula.

Fontes envolvidas nas articulações afirmam que as mudanças ministeriais devem ter como alvo parlamentares de partidos de centro e centro-direita que sejam aliados do PT em suas bases eleitorais. Dessa forma, encampariam a defesa do governo para valer, mesmo que a atual administração do presidente Lula enfrente problemas de popularidade.

Além disso, pondera-se, o governo melhoraria a governabilidade. Ainda assim, não teria a garantia de

adesão das bancadas por completo nem conseguiria amarrar alianças visando a eleição presidencial de 2026.

"Não adianta entregar cargos para os partidos dessa forma. Isso foi outra época, quando você dava os ministérios e recebia os votos. Hoje, se não tiver identificação e não tiver sucesso no governo, os partidos não querem se ligar ao governo. Se fizer uma pesquisa no Progressistas, quase a unanimidade dos deputados querem devolver esse ministério", afirmou ao Valor senador Ciro Nogueira (PP-PI), referindo-se ao Ministério do Esporte, cujo titular, o deputado licenciado André Fufuca (PP-MA), é seu correligionário.

Já o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), afirmou que a expectativa do partido é manter os três ministros no governo Lula. Segundo ele, o presidente do Senado,

Davi Alcolumbre (União-AP), é um dos que defendem a permanência de Celso Sabino, deputado licenciado pelo União do Pará, à frente do Ministério do Turismo.

"Do ponto de vista do União Brasil, a expectativa é que se mantenham os mesmos espaços e os mesmos nomes. As bancadas não têm pleiteado a alteração da sua representação. Especialmente o Davi que tem um bom trânsito, um bom diálogo e uma relação de confiança com Celso, Juscelino e Waldez", complementou o senador, referindo-se também ao ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e Waldez Góes, da Integração e Desenvolvimento Regional. Embora não seja filiado ao União e tenha feito carreira política no PDT, Góes foi indicado por Alcolumbre para o governo.

O maior gargalo, contudo, está em outros partidos e em áreas das quais o PT não aceita ceder, como a própria pasta da Saúde - em que Lula já bateu o martelo por Padilha - e da Educação - que tem Camilo Santana (PT) à frente e não deve ser alterado -, cujos orçamentos são garantidos por valores mínimos constitucionais. Outro exemplo citado é o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família e outros programas com grande capilaridade país afora.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1)

Alimentos devem ficar mais baratos

» **RAFAELA GONÇALVES**

O preço dos alimentos deve pesar um pouco menos no consumo das famílias em 2025. As perspectivas indicam uma desaceleração na **inflação** alimentar, embora os preços ainda devam permanecer elevados. De acordo com as projeções, a **inflação** dos alimentos deve ficar em torno de 6% neste ano, ante uma expectativa de cerca de 5% para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede o índice geral de **inflação** do país.

As estimativas da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda apontam que o índice de **inflação** geral continuará estável neste ano.

Apesar de permanecer distante da meta, que é de 3%, com intervalo de tolerância de até 4,5%, a expectativa é de uma desaceleração dos preços dos alimentos.

O levantamento destaca um arrefecimento no preço das carnes, e de alimentos in natura, que foram bastante impactados por eventos climáticos extremos no ano passado.

"Os preços de carnes tendem a desacelerar até o final do ano, menos impactados pela reversão no ciclo de abate do gado e pelo avanço das exportações", aponta o documento, que contém perspectivas para o ano.

"O cenário também deverá ser mais favorável para o arroz, feijão, alimentos in natura e derivados de soja e leite, refletindo as boas perspectivas para o clima e para a produção agrícola em 2025. Em contrapartida, os preços de trigo e derivados tendem a subir, impactados pela baixa colheita em 2024", projeta a pasta.

Fatores climáticos adversos, como calor extremo e secas, impactaram negativamente a produção agrícola em 2024, afetando itens como café e alimentos in natura. "Para 2025, espera-se uma melhora nas condições climáticas, o que pode favorecer a recuperação dessas safras e contribuir para a estabilização ou redução dos preços desses produtos", avaliou o economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra brasileira deve atingir 325,3 milhões de toneladas, um recorde histórico e 11,1% superior à de 2024. "Isso indica que, para grãos como soja, milho e algodão, a maior oferta pode ajudar a

reduzir os preços domésticos ou, pelo menos, conter novas altas, dependendo da demanda externa e da taxa de câmbio", destaca o economista.

De acordo com ele, o clima beneficiou as lavouras desde outubro, favorecendo uma produção robusta. "No entanto, a Região Sul, especialmente o Rio Grande do Sul, enfrenta secas, o que pode impactar a colheita de algumas culturas, como arroz e trigo, e pressionar os preços desses produtos no mercado interno", diz.

A expectativa é de que alguns produtos possam apresentar redução de preços em 2025, como óleo de soja e leite, devido ao aumento da produção e à melhora nas condições de oferta. Por outro lado, itens como café e laranja podem continuar com preços elevados, influenciados por fatores como exportações aquecidas e desafios específicos em suas cadeias produtivas.

Tarifaço A conjuntura mais otimista para o preço dos alimentos ao longo deste ano se soma aos possíveis impactos de tarifas impostas sobre importações brasileiras pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A avaliação do professor do Insper é de que isso também possa favorecer o mercado doméstico. "A política tarifária de Trump pode atingir produtos agrícolas exportados pelo Brasil para os EUA, como soja, carne bovina e suco de laranja, o que pode levar a um redirecionamento da produção para o mercado interno, aumentando a oferta e reduzindo os preços domésticos desses itens", afirma Nogami.

Além da taxa de 25% sobre o aço, Trump instruiu, ainda, que sua equipe elabore planos para impor tarifas recíprocas a países que cobram taxas de importação de produtos americanos, produto por produto. Não se trata de uma alíquota específica, mas uma orientação geral de reciprocidade aos países que impõem barreiras ao comércio com os EUA.

As tarifas recíprocas podem impactar o comércio internacional, afetando setores estratégicos do Brasil, como siderurgia, agronegócio e manufatura. "Se os EUA elevarem tarifas sobre a soja brasileira, por exemplo, os produtores podem vender mais internamente, reduzindo os custos da ração animal e impactando os preços da carne suína e de frango", ressalta o economista.

Conjuntura A **inflação** dos alimentos tem crescido acima da **inflação** geral no Brasil. Alguns dos motivos

atribuídos a esse cenário são a desvalorização cambial, já que o dólar em alta favorece a exportação, o que desabastece o mercado interno e aumenta os preços; além dos eventos climáticos, que exerceram forte impacto sobre a produção.

Segundo a subsecretária de Política Macroeconômica da Fazenda, Raquel Nadal, o forte crescimento das exportações em 2024 levou a uma alta de mais de 19% no preço das carnes bovinas no IPCA.

Ela afirmou, ainda, que, se não fosse esse componente, a **inflação** poderia ter encerrado o ano passado dentro da meta. "A alta foi tão relevante que excluindo carnes bovinas do índice de **inflação** teríamos uma **inflação** de alimentos em cerca de 6,2%, ao invés de 8,2%. Nesse cenário, a **inflação** cheia teria fechado em 2024 dentro da meta, em 4,5%.

Isso sem contar os impactos indiretos que a alta dos preços da carne exerceu em outros itens da **inflação**, como na **inflação** fora do domicílio", destaca.

Outro fator apontado pela indústria é o aumento do custo de produção. De acordo com o balanço da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), os custos da produção industrial tiveram alta de 9,3% no ano passado, enquanto a **inflação** dos alimentos industrializados subiu 7,7%.

As commodities agrícolas que registraram maior valorização no último ano foram o cacau, café, leite, seguido por milho e trigo.

O presidente executivo da Abia, João Dornellas, destaca a melhora das perspectivas para este ano, com uma safra recorde e menos pressões inflacionárias. "Temos um cenário de **inflação** menor, dólar em baixa, a expectativa é de uma melhora nos preços. Alguns devem seguir pressionados, como café e cacau, por restrição de oferta", afirma o executivo.

Estratégias A **inflação** dos alimentos se tornou um dos principais focos de preocupação do governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu diversas declarações sobre o impacto que a alimentação vem tendo no custo de vida da população, e o cenário reacendeu o debate sobre quais políticas públicas são mais eficientes para conter a **inflação** e proteger a população mais vulnerável.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva culpou a alta demanda por exportações pelo preço dos alimentos no país e afirmou que deve se reunir com atacadistas em busca de uma alternativa para baixar os valores.

Um estudo realizado pelo Centro de Liderança Pública

(CLP) analisou cinco principais estratégias para enfrentar a alta dos alimentos, destacando os prós e contras de cada uma, como controle direto de preços, subsídios tributários, controle de estoque, políticas comerciais e transferência de renda.

De acordo com o levantamento, medidas como controle direto de preços ou subsídios podem ter efeitos colaterais negativos, como desestímulo à produção e criação de mercados paralelos.

Outro ponto levantado é que a política fiscal tem impacto direto nos preços dos alimentos. Daniel Duque, gerente de Inteligência Técnica do CLP, destaca ainda que a desvalorização do real encarece produtos importados e insumos agrícolas, contribuindo para a **inflação**. "Controlar os gastos públicos e buscar equilíbrio fiscal, além de contribuir para a estabilização da taxa de câmbio, é essencial para mitigar pressões inflacionárias sobre os alimentos e garantir a segurança alimentar da população", afirma.

Site:

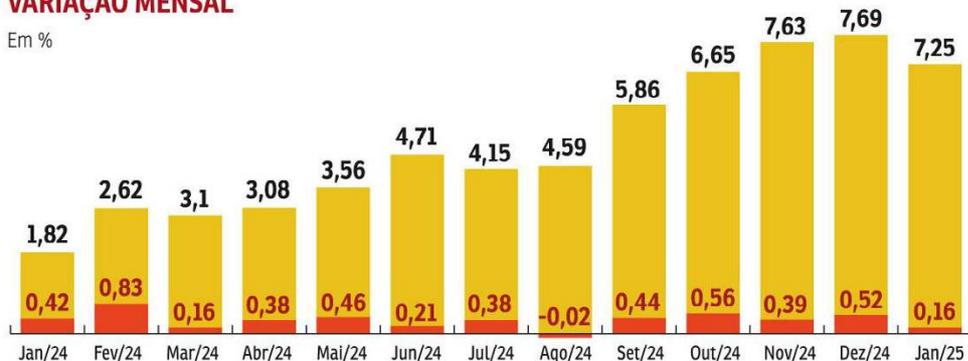
<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/24/all.pdf>

Peso no bolso

Alimentos seguem pressionando a inflação, apesar de desaceleração do IPCA

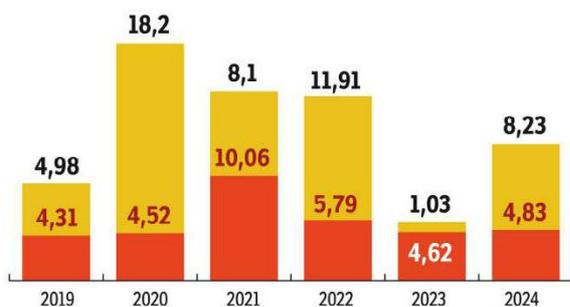
VARIAÇÃO MENSAL

Em %



VARIAÇÃO ANUAL

Em %



IPCA geral Inflação dos alimentos

O QUE ESPERAR?

- Projeções do governo apontam para um arrefecimento dos preços dos alimentos ao longo de 2025. Os preços de carnes tendem a desacelerar até o final do ano, menos impactados pela reversão no ciclo de abate do gado e pelo avanço das exportações.
- O cenário também deverá ser mais favorável para arroz, feijão, alimentos in natura e derivados de soja e leite, refletindo as boas perspectivas para o clima e para a produção agrícola em 2025.
- Em contrapartida, os preços de trigo e derivados tendem a subir, impactados pela baixa colheita em 2024. Café e laranja também seguirão com preços altos, diante de problemas com safras, entre outros motivos.

Fontes: IBGE e SPE.



crescimento das exportações de preocupação do governo. O

Lula critica mercado e reafirma 3,8% de alta no PIB

Em discurso nos 45 anos do PT, sábado, no Rio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva contestou projeções de crescimento do mercado e reafirmou os 3,8% de alta para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024 calculados pelo Banco Central.

"Em 2023, enquanto o mercado previa um 'pibzinho' de 0,8%, tivemos um **PIB** quatro vezes maior, de 3,2%. Em 2024, o crescimento da economia deve ser ainda maior, possivelmente de 3,8% segundo o Banco Central. Esse dinamismo é resultado de diversos fatores", disse, ao citar investimentos, expansão do mercado de trabalho e políticas sociais.

O presidente associou os números ao trabalho do governo, mas especialmente do ministro da Fazenda, Fernando Had-dad, a quem atribuiu a redução do déficit fiscal para 0,09% do

PIB. CÉLIA FROUFE e CAIO SPECHOTO/BRA-SÍLIA e GABRIEL VASCONCELOS/RIO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado dá primeiro sinal positivo para o Copom

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central vai levar os juros básicos a 14,25% ao ano em março e deixou em aberto a possibilidade de ir além. O aperto vai funcionar para trazer a **inflação** para a meta?

Os economistas do mercado consultados na pesquisa Focus acham que não, por isso as expectativas de **inflação** pioram semana a semana. Mas os preços de mercado, definidos pelas mesas de operação das instituições financeiras, dão os primeiros sinais positivos.

Um dos indicadores que dão mais esperança é a **inflação** implícita nos títulos públicos. Quando um operador negocia um papel do governo, ele dá uma opinião sobre quanto vai ser a **inflação** no futuro. A cada momento, ele pode comprar um título que, além de uma parcela fixa de juros, tem correção pela **inflação**; ou apenas comprar um título com juro prefixado. A diferença de juros entre esses dois papéis é o que os especialistas chamam de **inflação** implícita.

Numa visão mais apressada, pode parecer que essa **inflação** implícita caiu pouco. O cálculo da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) dá uma **inflação** implícita de cerca de 7,5% nos próximos 12 meses. Mas essa estimativa está um pouco distorcida pelo fato de que, nos próximos meses, a **inflação** vai estar pressionada, em parte devido a fatores pontuais.

Em fevereiro, é esperada uma variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 1,4%. Uma parte disso é o bônus de Itaipu, que baixou a **inflação** de janeiro em 0,6 ponto percentual e, em fevereiro, vai pressionar em 0,6 ponto para cima. Para filtrar essa oscilação de curto prazo, participantes do mercado estão olhando a **inflação** um pouco adiante, ou seja, a chamada **inflação** implícita a termo.

A pedido do Valor, o estrategista-chefe da Warren Rena, Sérgio Goldenstein, calculou a evolução da **inflação** implícita a termo desde o fim do ano passado, considerando preços de ativos negociados no mercado que têm como data de referência o período entre maio de 2025 e julho de 2026.

A **inflação** implícita a termo sai de um pico de 6,9% na virada do ano para um pouco mais de 5,5% - ou seja,

houve um expressivo recuo, de 1,4 ponto percentual. Para Goldenstein, a alta do dólar no fim do ano passado explicou uma boa parte do salto das implícitas em dezembro; e, neste começo do ano, o recuo do dólar ajudou a baixá-las.

Um gestor de um fundo de investimento ouviu pelo Valor diz que, de certa forma, a descompressão da **inflação** implícita é um sinal de que o mercado está um pouco mais confiante de que a dose cavalares de juros injetada pelo Banco Central vai fazer efeito. Dados recentes indicam que a economia está se desacelerando, embora seja cedo para dizer que a tendência vá se manter.

Apesar de as implícitas seguirem bem acima da meta de **inflação**, definida em 3%, o ambiente é de maior confiança. Isso permitiu que, na semana passada, o Tesouro Nacional vendesse volumes maiores de títulos públicos prefixados, pagando uma taxa ao redor de 14,7% ao ano. É muito juro, mas em fins de 2024 estava difícil vender mesmo a esse preço.

Não deixa de ser curioso que o recuo do dólar tenha contribuído tanto para mudar o humor dos mercados. Cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), em relatório da semana passada, mostram que o dólar a R\$ 5,7 baixa a **inflação** em apenas 0,1 ponto percentual no terceiro trimestre de 2026, em relação à cotação de R\$ 6 usada pelo Copom no seu modelo de previsão, que chega a uma variação de preços de 4%.

Mas o efeito da cotação do dólar na **inflação** muda de acordo com as circunstâncias. No fim do ano passado, o quadro era de certo pânico, e ninguém sabia se o dólar iria parar em R\$ 6,2 ou se subiria na direção de R\$ 7 ou mais. Grandes desvalorizações levam a grandes repasses para a **inflação**. Naquele período, os dados ainda não indicavam que a desaceleração da economia poderia estar em curso.

O Banco Central também colocou o foco na alta do dólar, dizendo que seu repasse à **inflação** era um dos três fatores principais que iria acompanhar de perto para decidir se leva os juros além de 14,25% ao ano - os outros fatores são como a atividade está afetando a **inflação** e as expectativas de **inflação** do mercado.

"Caso o real mantenha essa trajetória mais benigna, é provável que ocorra alguma compressão no Focus",

afirma Goldenstein. Ele lembra que, no Focus, os economistas ainda trabalham com uma taxa de câmbio de R\$ 6.

Em tese, os sinais de desaceleração da economia, que têm feito o mercado descomprimira **inflação** implícita, podem ajudar no Focus também.

Na sexta, o diretor de política monetária do Banco Central, Nilton David, citou alguns fatores que devem dificultar a queda das expectativas. Primeiro, o ambiente está muito volátil, e os analistas hesitam em mudar seu cenário nessas circunstâncias. Segundo, a **inflação** vai seguir acima da meta até meados deste ano. Por fim, disse que as expectativas estão divididas em dois grandes grupos. Um acha que o juro vai fazer efeito e baixar a **inflação**. Outro desconfia que o governo pode reagir à desaceleração da economia com estímulos. Estes são como São Tomé, precisam antes ver o efeito do juro na atividade para crer.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1)**

Mais estímulo à economia impedirá queda da inflação

economia cleu sinais cie estar mudando de ritmo em dezembro, em uma transição que

Jdependará em boa medida da atitude do governo Lula, já movido por interesses eleitorais, e do cenário externo, que ameaça turbulências sem cessar com Donald Trump na Casa Branca. Varejo, serviços e indústria tiveram queda no último mês de 2024, sugerindo que a desaceleração poderia ter começado antes do previsto. Mas há um relativo consenso de que ela perderá força a partir de meados do ano. O **PIB** do ano passado deve ter crescido 3,5%, e a maioria das projeções para a economia agora está ao redor de 2%, o que não sugere queda violenta ou recessão.

Há uma coleção variada de indicadores que apontam o enfraquecimento da atividade. Os números negativos do IBGE surpreenderam, enquanto era esperada uma queda bem mais suave em dezembro em relação a novembro no IBC-Br do Banco Central, ciclo como prévia do **PIB**. Em dezembro, o índice recuou 0,7%. No ano, o resultado foi forte, alta de 3,8%. Na ponta, porém, a média móvel trimestral mostra queda de -0,31 %.

Nos indicadores do IBGE, a variação observada entre o terceiro e o quarto trimestres do ano passado registra queda no varejo e na indústria (-0,4% e -0,1 %, respectivamente), enquanto os serviços ainda avançaram. Mesmo assim, Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macroeconômico do Ibre FGV, vê algum sinal de arrefecimento nos serviços prestados à família, um prenúncio de que a demanda doméstica, que teve comportamento exuberante em 2024 (5,6%), começa a diminuir (Valor, 19 de fevereiro). A expectativa é de recuo de 1,6% na demanda em 2025.

Da mesma forma, os índices de confiança calculados pelo Ibre da FGV estão mostrando expectativas menos promissoras para o futuro no curto prazo - eles guardam boa aderência como preditores da direção futura que o **PIB** tomará. O índice dos empresários apresentou em fevereiro sua terceira queda consecutiva. O dos consumidores, estabilidade, após retração em janeiro.

Um roteiro padrão de muitos economistas para o comportamento da economia indica que a indústria extrativa e a agricultura, como em 2023, empurrarão o

PIB no primeiro trimestre, caso se confirme a previsão de mais uma grande safra a ser colhida, diferentemente do que ocorreu no ano passado, em que problemas climáticos reduziram a produção, apertaram a oferta e jogaram os preços dos alimentos para cima, com a ajuda da disparada

do dólar no fim do ano. A conta dessa carestia está sendo debitada politicamente ao governo Lula, que tem demonstrado até agora inabilidade para tratar da questão, além de não haver muito a fazer de imediato para resolver o problema no curto prazo. Uma safra generosa tende, porém, a mitigar os preços, que variaram 8,3% (fora do domicílio), para um IPCA de 4,8%.

O contraponto do avanço desses dois setores seria o recuo dos segmentos cíclicos, sujeitos a uma política monetária que está se tornando extremamente contracionista, à diminuição do crescimento do crédito e ao menor impulso fiscal em relação aos anos anteriores. Não é claro o papel que terá o setor externo para o **PIB**, do qual retirou pontos no ano passado. O esfriamento da demanda doméstica breará novo avanço robusto das importações (14,7% em 2024), mas a boa perspectiva das exportações poderá ser detonada pela imposição de tarifas por Trump ou mesmo um ainda possível acordo entre EUA e China.

Com a queda de popularidade nas pesquisas, o presidente Lula parece inclinado a deixar de lado os pruridos fiscais manifestados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na quinta-feira, Lula voltou a dizer que o déficit fiscal era "bobagem" e servia ao interesse de "quem gosta de especular". Prepara um programa de crédito, enquanto os juros básicos estão rumando para os 15%, uma enormidade, e agora parece menos convencido ainda sobre a necessidade de conter o crescimento para debelar a **inflação** em alta, que tem espancado sua avaliação.

Um crescimento de 2% não é um resultado ruim, mas a **inflação** no nível projetado pelo Focus, de 5,6% este ano, terá um peso eleitoral ruim não desprezível. A economia não precisa de estímulos. O salário mínimo terá aumento real de 2,5%, e o mercado de trabalho só deverá clesaquecer aos poucos e moderadamente. É recomendável que a política fiscal ajude a combater

a **inflação**. O governo deveria sinalizar superávits primários, como fizera antes de mudar as regras, e conter gastos com empenho.

Não é o que as atitudes do governo sugerem. A Fazenda enviará mesmo um projeto de isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil, que poderá reduzir as receitas de R\$ 35 bilhões a R\$ 50 bilhões. A arrecadação poderá ser repostada tributando mais as faixas de maior renda, mas não é seguro que o Congresso aprove essa parte, reservando para si e ao governo o bônus da isenção do IR. Uma barbearagem fiscal voltará a deteriorar as expectativas, provocar novas desvalorizações do real e nutrir a **inflação**, à porta de entrada do período eleitoral.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188125?page=2§ion=1)**